

Boletim do



Especial Jornada e Escala



Editorial

Congresso terá de atualizar padrão de jornada e escala no País

Página 2

Debate Nacional

Sindicalismo enfrenta batalha pelas 40 horas

Página 4

CNI atrasada

"Modernizar" para não reduzir a jornada

Página 5

Jornada de trabalho: decisão histórica no Congresso

País adiou por décadas a atualização da jornada de trabalho. Agora, o Congresso terá de decidir qual modelo pretende adotar para o futuro

A redução da jornada voltou ao centro do debate nacional. Ao incluí-la entre as prioridades da mensagem presidencial na abertura do ano legislativo e encaminhar o tema à CCJ, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sinalizou que o Congresso terá de enfrentar discussão adiada há décadas: atualizar o padrão de tempo de trabalho no País.

A Constituição de 1988 fixou o limite de 44 horas semanais, regra praticamente inalterada desde então. Nesse período, porém, a economia mudou profundamente. A produtividade cresceu em diversos setores, a tecnologia transformou processos produtivos e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal tornou-se tema central nas sociedades contemporâneas.

As propostas em debate refletem visões distintas. Algumas defendem mudanças estruturais, como jornadas de 36 horas ou semana de quatro dias. Outras propõem redução gradual para 40 horas semanais, sem perda salarial. Há ainda iniciativas que mantêm o limite atual e ampliam

a flexibilização por meio de acordos individuais.

A experiência histórica indica que reduzir a jornada não significa retrocesso. Quando a Constituição diminuiu o limite de 48 para 44 horas, houve expansão do emprego formal. O debate atual ocorre em contexto semelhante de transformação produtiva.

Mas há um ponto decisivo: a forma jurídica da mudança. Alterações estruturais exigem emenda constitucional. Mudanças feitas apenas por lei ordinária são mais frágeis e podem ser facilmente modificadas ou relativizadas pela negociação coletiva.

Mais do que um debate técnico, o Congresso discute agora qual modelo de organização do trabalho o Brasil pretende adotar nas próximas décadas.

A Diretoria

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br - diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/98251-9885

Supervisão: Ulisses Riedel de Resende

Edição: Marcos Verlane

Redação: André Luis dos Santos, Antônio Augusto de Queiroz, Iva Cristina de Sant'Ana, Marcos Verlane, Neuriberg Dias e Wanúbia Lima

Diagramação: Adroaldo Castro

Capa: Shutterstock

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidenta

Maria Rita Serrano (CUT Nacional)

Vice-Presidentes

Ricardo Patah (UGT)

José Reginaldo Inácio (NCST e CNTI)

Danilo Pereira da Silva (Força Sindical)

Jair Pedro Ferreira (Fenae)

Humberto de Almeida Maciel (Bancários-DF)

Superintendente

Cláudio Antunes Correia (Sinpro-DF)

Suplente

Mário Lúcio Souto Lacerda (CTB)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente

Airton Cano (Fetquim-CUT-SP)

Tesoureiro

Izac Antonio de Oliveira (Fitec)

Suplente

Helene Kelly Carvalho Kauffmann (Sechos-DF)

Conselho Fiscal

Efetivos

Roni Oliveira (Sindicato Nacional dos Moedeiros)

Itamar Revoredo Kumert (CSB)

José Renato Inácio de Rosa (FNP)

Suplentes

Arthur Emílio O. Caetano (Situ-DF-FNU)

Luiz Fernando Pereira Souza (Fenajud)

Rodrigo Brito (Bancários-DF)



Escala 6x1 entra no centro do debate nacional

Experiências no setor privado e propostas no Congresso ampliam debate sobre a organização do trabalho

A discussão sobre o fim da escala 6x1 — 6 dias de trabalho para apenas 1 de descanso — ganhou dimensão nacional. O tema deixou de ser apenas pauta sindical e passou a mobilizar empresas, especialistas e o próprio Congresso.

Experiências começam a surgir no setor privado. Redes super-mercadistas do interior de São Paulo passaram a substituir o modelo tradicional pela escala 5x2, com dois dias de descanso semanal. Iniciativas semelhantes aparecem no Espírito Santo e no Distrito Federal.

Os primeiros resultados indicam melhora na retenção de trabalhadores, redução do desgaste físico e emocional e impactos administráveis nos custos operacionais.

Mais do que ajuste organizacional, trata-se de mudança estrutural na distribuição do tempo de trabalho.

Redução da jornada volta à pauta

Paralelamente ao debate sobre a escala 6x1, o Congresso discute a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas.

Na Câmara, 2 propostas tratam do tema.

A PEC 221/19, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), prevê redução gradual para 36 horas em dez anos. E a PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (PSol-SP), propõe semana de 4 dias.

Outra iniciativa é o PL 67/25, da bancada do PCdoB, que reduz a jornada para 40 horas e garante 2 dias de descanso.

No Senado, a PEC 148/15, do senador Paulo Paim (PT-RS), prevê redução gradual até 36 horas semanais.

Jornada no cenário internacional

Entre economias desenvolvidas, o Brasil mantém uma das jornadas semanais mais longas. Médias na Europa:

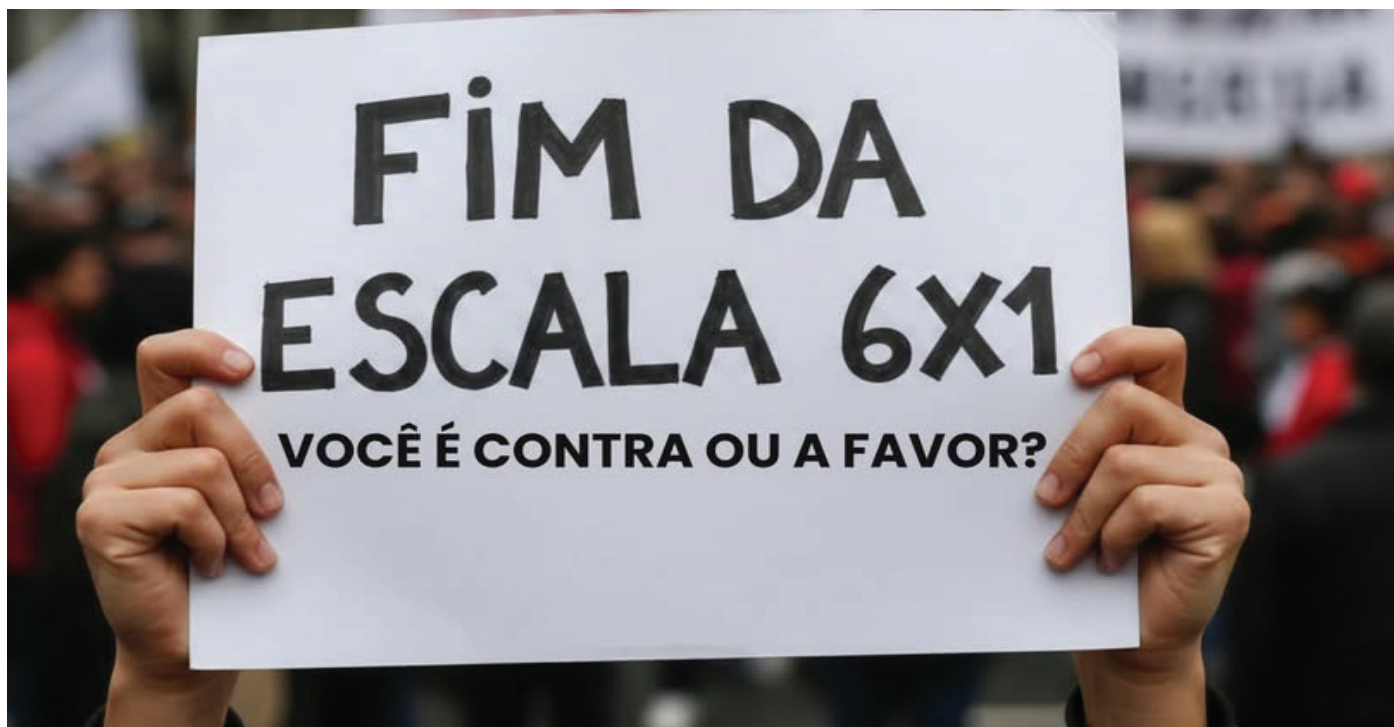
- **Alemanha** - cerca de 27h
- **Dinamarca e Noruega** - cerca de 30h
- **França** - cerca de 35h

Estudos indicam que jornadas menores podem coexistir com alta produtividade e melhor saúde laboral.



Sindicalismo enfrenta batalha pelas 40 horas

Tramitação das propostas no Congresso exige mobilização social e articulação política do movimento sindical



A redução da jornada voltou ao centro da agenda política em 2026. O início do ano abriu uma rara janela institucional para avançar em duas reivindicações históricas: a jornada de 40 horas semanais e o fim da escala 6x1.

Na Câmara, o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) encaminhou à CCJ a PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (PSol-SP). A expectativa é que a proposta percorra as etapas de tramitação — CCJ, comissão especial (mérito) e plenário — até maio.

Como toda emenda constitucional, o texto exige 308 votos em 2 turnos, o que eleva o custo político da aprovação.

No Senado, a PEC 148/15, do senador

Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada na CCJ e aguarda votação em plenário, em 2 turnos.

Protagonismo sindical

Nesse cenário, cresce a responsabilidade do movimento sindical. As centrais defendem a jornada de 40 horas na escala 5x2, mas a conjuntura exige mais do que declarações públicas.

A tramitação por PEC exige mobilização social, diálogo com parlamentares e pressão organizada sobre lideranças partidárias.

Sem protagonismo sindical, há risco de a pauta ser diluída em propostas mais tímidas ou em longos períodos de transição.



“Modernizar” para não reduzir a jornada

Manifesto empresarial evita rejeição direta, mas reúne argumentos que podem adiar mudanças na jornada

Manifesto liderado pela CNI e subscrito por mais de cem entidades empresariais defende a “modernização da jornada de trabalho”. O documento evita rejeitar explicitamente a redução da jornada ou o fim da escala 6x1, mas organiza argumentos que tendem a dificultar essas mudanças.

O texto apresenta 4 princípios para o debate: preservação do emprego formal, foco na produtividade, diferenciação por setor e apro-fundamento técnico.

À primeira vista, parecem contribuições equilibradas. Na prática, funcionam como condicionantes que podem adiar alterações estruturais.

Reações empresariais semelhantes ocorreram em outros momentos históricos, como no aumento real do salário mínimo ou na redução da jornada de 48 para 44 horas em 1988.

Naquele período, também se previam desemprego e perda de competitividade — cenários que não se confirmaram.

NOTAS TÉCNICAS

Estudos indicam benefícios da redução da jornada

Pesquisas analisam impactos sobre emprego, produtividade, saúde do trabalhador e organização do trabalho

A discussão sobre a redução da jornada — de 44 para 40 ou 36 horas — passou a ser sustentada por conjunto crescente de estudos acadêmicos e institucionais.

Pesquisas analisam impactos sobre emprego, produtividade, saúde do trabalhador e organização do trabalho.

Levantamento do **DIAP** reúne alguns dos principais estudos:

- **Secom** - potencial de até 4,5 milhões de empregos
- **Fundação Maurício Grabois** - melhora nas condições de trabalho
- **IHU/Unisinos** - relação entre jornadas longas e adoecimento
- **Cesit/Unicamp** - economia brasileira pode absorver jornadas menores
- **FGV/Ibre** - aponta desafios de transição
- **Ipea** - impacto macroeconômico administrável
- **Dieese** - redução da jornada como conquista histórica do trabalho



Tecnologia, clima e demografia mudam o mundo do trabalho

Documento final defende diálogo social para enfrentar transformações tecnológicas, ambientais e demográficas



A 2ª CNT (Conferência Nacional do Trabalho) encerrou suas atividades defendendo modernização das relações laborais por meio do diálogo tripartite entre governo, trabalhadores e empregadores.

Realizado de 3 a 5 de março, o encontro reuniu mais de 3 mil representantes e delegados de todas as unidades da Federação.

O documento final sustenta que o País

precisa atualizar o modelo laboral para enfrentar transformações tecnológicas, econômicas e sociais.

Entre os fatores apontados estão o avanço da inteligência artificial generativa, a transição demográfica e os desafios da transição ambiental.

Segundo os delegados à conferência nacional, essas mudanças exigem políticas que conciliem produtividade, sustentabilidade e geração de empregos.



Eleições presidenciais: a importância da prudência

Reeleição de Lula dependerá de articulação política, alianças amplas e mobilização social permanente

Neuriberg Dias*

Nos debates sobre a conjuntura política, tenho defendido que a reeleição de Lula (PT) para quarto mandato, que exigirá humildade, diálogo e ampla articulação política para manter e ampliar o apoio eleitoral, especialmente do movimento sindical e das forças democráticas.

O cenário atual é mais positivo do que o observado nos anos anteriores. Em comparação ao governo de Bolsonaro (PL), o País voltou a registrar crescimento econômico, retomou políticas públicas, fortaleceu programas sociais e recuperou protagonismo internacional, além de iniciar processo de reconstrução institucional.

Mesmo assim, o governo ainda enfrenta limites. A manutenção de juros elevados restringe o ritmo de crescimento econômico. Soma-se a isso ambiente internacional adverso, marcado por conflitos e tensões comerciais, além da forte polarização política interna, que mantém o ambiente institucional pressionado.

Variáveis da disputa

As pesquisas de popularidade e avaliação do governo são indicadores importantes para projetar o cenário eleitoral, mas não são os únicos fatores capazes de influenciar a disputa.

Entre as variáveis estão a postura do governo dos Estados Unidos em relação às eleições brasileiras, eventuais repercussões de crises financeiras recentes, o andamento da CPMI

do INSS no Congresso e desgastes políticos que possam atingir segmentos específicos do eleitorado.

Outro elemento decisivo será a definição do principal adversário. Uma disputa com Flávio Bolsonaro teria dinâmica distinta de uma eventual candidatura de Tarcísio de Freitas, exigindo estratégias políticas diferentes.

Em política, favoritismo ajuda. Mas não garante vitória.

Prudência e mobilização

Também será fundamental construir alianças com partidos de centro e do centrão, que tendem a compor maioria no próximo Congresso.

Historicamente, presidentes bem avaliados e líderes nas pesquisas largam em vantagem. Ainda assim, a prudência deve prevalecer sobre o otimismo. A experiência política mostra que a dinâmica eleitoral pode mudar rapidamente.

Por isso, será essencial manter mobilização permanente, fortalecer alianças e ampliar o diálogo social para consolidar apoio ao projeto em curso. A campanha de 2026 tende a ser dura e disputada do início ao fim.

(*) Jornalista, analista político e diretor de documentação do Diap

Leia o artigo completo:

<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/92759-eleicoes-presidenciais-a-importancia-da-prudencia>



DIAP e centrais sindicais no enfrentamento ao feminicídio

Combate à violência contra mulheres exige prevenção, políticas públicas e atuação também no trabalho

Rita Serrano*

Papel da negociação coletiva

O Brasil enfrenta grave escalada de violência contra a mulher. Em 2025, o País registrou recorde histórico de feminicídios: 1.518 mulheres assassinadas por razões de gênero, média de 4 mortes por dia.

No mesmo período, cerca de 3,7 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar. Esses números revelam crise social que atravessa famílias, comunidades e também o mundo do trabalho.

Desde a tipificação do feminicídio em 2015, os registros cresceram de forma consistente. A experiência mostra que esse crime costuma ser o desfecho de sequência de agressões anteriores, o que torna decisiva a resposta rápida do Estado e o fortalecimento da rede de proteção às vítimas.

Prevenção e coordenação

Em 2026, o País avançou na coordenação institucional com o lançamento do Pacto Nacional Brasil Contra o Feminicídio, reunindo os Três Poderes para ampliar medidas protetivas, fortalecer a responsabilização de agressores e promover campanhas permanentes de prevenção.

Centrais e sindicatos defendem que o enfrentamento da violência contra a mulher não pode se limitar à punição após a tragédia. É necessário investir em prevenção, orçamento público e políticas estruturadas. Combater o feminicídio exige ação do Estado, da sociedade e também do mundo do trabalho.

O ambiente de trabalho também pode contribuir para proteger vítimas. A negociação coletiva é ferramenta importante nesse processo.

A categoria bancária é exemplo de pioneirismo. Desde 2024, a convenção coletiva inclui cláusulas de proteção a mulheres em situação de violência doméstica, prevendo realocação sigilosa de local de trabalho, alteração de horários, linhas de crédito emergenciais, canais de acolhimento e campanhas educativas.

Agenda legislativa

No plano legal, houve avanço com a Lei 14.994/24, que tornou o feminicídio crime autônomo e elevou a pena para até 40 anos.

Como presidenta do DIAP, reafirmo o compromisso de atuar no Congresso para aprovar medidas que fortaleçam a proteção às vítimas e a reparação às famílias, como o PL 200/26, PL 207/26 e Requerimento 74/26, que propõe sessão temática no Senado para discutir o recorde de casos no País.

Basta de violência contra as mulheres.

(* Presidenta do Diap. Ex-presidenta da Caixa e do Sindicato dos Bancários do ABC

Leia o artigo completo:

<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/92761-diap-e-centrais-sindicais-no-enfrentamento-ao-femicidio>

